

IMPLICAÇÕES DA BRASILIDADE

Luiz Costa Lima

Brasilidade é a designação particular que recebe a identidade nacional. Em vez de tratá-la como uma noção assente, incorporada e aceita sem discussões, prefiro examiná-la histórico-socialmente, quando só então a considerarei em condições de ser comentada

Não tem sentido falar-se em sentimento de identidade nacional antes da independência. Até à chegada do futuro D. João VI ao Rio de Janeiro, em 1808, dez anos antes de sua proclamação como rei, “o Brasil nada mais [era] do que uma unidade geográfica formada por províncias no fundo estranhas umas às outras [...]” (LIMA, 1908, p. 55-56). Acrescenta Oliveira Lima que, entre seus habitantes, não havia nenhum sentimento de subordinação a um Estado: “A confiança respondia à confiança nas relações do indivíduo para o indivíduo, não nas relações de indivíduo para o Estado” (p. 98); sendo a própria colônia dividida entre os Estados do Maranhão e do Brasil, só no momento do traslado da monarquia “é que as inconveniências daquela divisão apareceram e se experimentou a necessidade de apertar os laços que deviam prender a um centro único todos os esparsos núcleos de povoamento e de desenvolvimento”(p. 107).

Como, na verdade, poder-se-ia falar em sentimento de nação se a palavra significa a presença de uma população humana que cobre um território contínuo, que fala uma mesma língua ou dialetos aproximados, e traz internalizado valores convergentes? Entre nós, a

realidade de nações havia se resumido às tribos indígenas, dizimadas quando da colonização, ou reduzidas, quando não fossem salvas por serem ignoradas, a grupos dispersos. O esboço de um Estado moderno, que começa de improviso com a chegada da corte portuguesa, com seus pressupostos de “ordem legal, burocracia, jurisdição compulsória sobre um território e monopólio do uso legítimo da força”, conforme a síntese de Max Weber oferecida por Reinhard Bendix (1960, p. 418), confrontar-se-á, no momento da Independência, com um Estado-nação... sem nação. Em vez de o Estado conformar sua atuação a usos e costumes, a situação de fato o obrigava a não interferir nos poderes já estabelecidos dos donos de terra. Não estranha pois o esforço da primeira geração da *intelligentsia* brasileira em procurar forjar um sentimento de nacionalidade; muito menos surpreende que ela elegeesse a literatura como o veículo adequado para o que carecia o país recém-independente. Basta que se leia a frase de abertura do “Discurso sobre a história da literatura no Brasil”, que Gonçalves de Magalhães, visconde do Araguaia, publica, no primeiro número da revista *Niterói*:

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que tem de mais sublime das idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na natureza; é o quadro animado de suas virtudes e de suas paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência (MAGALHÃES, 1836, p. 16).

O visconde escrevia em tempo presente, com seus infundáveis “é”, “é”, “é”, o que, historicamente, deveria suceder no futuro: “A literatura de um povo será [...]”. Mas a correção gramatical não só era imprópria como tornaria mais descabidos os superlativos o “mais sublime”, o “mais filosófico”, o “mais heróico”, o “mais belo”. Os qualificativos eram indispensáveis ao visconde enquanto membros de uma cadeia retórica vazia; necessariamente vazios porque tanto o autor sabia que, aplicado a seu objeto, o tempo verbal era ilusório, como porque devia saber que estava descrevendo uma fantasia, sem correspondência alguma com a situação real. Mas por que essa fantasia

precisava recorrer a uma retórica oca, que sempre selecionava o superlativo, senão porque só ela, enquanto oca, estava em consonância com o estado de coisas? Recordemos brevemente: Portugal fizera da imensa colônia um mero entreposto comercial, destinado a exportar para o reino uns poucos produtos. Como o ouro só foi abundante por um curto período e exclusivo a uma região, qualquer coisa servia para exportar, desde madeiras até o anil. Os encarregados da política do príncipe regente e depois rei procuraram armar de súbito um arcabouço institucional que atendesse ao imprevisto de que o Rio, e não mais Lisboa, fosse agora a capital do reino. Mas nem Portugal tinha muito o que fazer migrar para a transição em que a colônia se encontrava, nem muito menos o aparato de Escolas e Academias então implantadas visava mais do que atender carências imediatas. O resultado é haver-se constituído o que já se bem chamou de “cultura de exterioridade”.

Com base nos inúmeros cronistas e viajantes que estiveram no Brasil do século XIX,

[...] é possível inferir que se constituiu aqui uma cultura voltada para fora, orientada primordialmente pela introdução de itens ligados ao conforto material, ao luxo e aos encantos exteriores da vida social, muito antes da consciência da necessidade de serem implantadas instituições de ensino, formadoras de práticas culturais regulares e sérias (VELOSO; MADEIRA, 1999, p. 65).¹

Paradoxalmente, a necessidade de constituir uma nação que desse vida e concretude ao aparato burocrático-coercitivo do Estado promoveu uma cultura pra inglês ver. É a partir do reconhecimento externo que se pretende estabelecer uma imagem interna do país, i.e., um sentimento de identidade. Como a carência era do próprio sentimento de nacionalidade, e nada do que o homem aqui fizera no

¹ Como se o tempo entre nós não passasse, a descrição precisaria apenas de pequenos ajustes para dizer o que sucede no momento. Nosso (justo) afã de aumentar nossos índices de exportação se acompanha do descaso pela qualidade das instituições formadoras. Parece então sintomático que a palavra *Bildung* soe como termo estrangeiro. Ele o é não só lexicalmente.

passado era bastante glorioso, o caminho adequado consistia em enfatizar a peculiaridade da natureza. Daí o imenso prestígio que assumirá, entre nós, um viajante que aqui chegara sem saber muito bem o que fazer, Ferdinand Denis. Seu “Resumé d’Histoire Littéraire du Brésil” (1826) será o guia de nossa geração romântica:

Nessas belas paragens, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve alargar-se como o espetáculo que se lhe oferece; majestoso, graças às obras-primas do passado, tal pensamento deve permanecer independente, não procurando outro guia que a observação. Enfim a América deve ser livre tanto na sua poesia como no seu governo (DENIS, 1826, p. 36).

Na mesma tecla insistirão Garrett, Herculano, Ferdinand Wolff. Cria-se uma norma para o escritor: não é brasileiro quem não exalta sua natureza. Seu realce, emotivo e inflamado, serviria não só de parâmetro para que o estrangeiro reconhecesse a letra brasileira, como para que o próprio brasileiro aí encontrasse a imagem que se pretendia fixar do país. O topos da natureza tropical fez tal fortuna que um anônimo Gz escreve uma pequena alegoria, “Os Monumentos em ruína”, que mereceria um pouco mais de atenção do que lhe temos dado. Sabe-se que o culto das ruínas se incorporara à sensibilidade romântica ocidental desde *Le Génie du Christianisme* (1802). O anônimo Gz não se limita a adaptá-la ao caso brasileiro, senão que assinala sua nota específica:

Com o porvir, as cidades americanas escarnecerão das grandezas européias com a grandeza de seus palácios, de seus templos. Por enquanto, o tempo já tem feito na América a obra mais ímpia que pôde fazer, sobre a virgindade jucunda de seu solo semeou-o de ruínas. (...) O tempo ajuda na América a natureza. O tempo coloca nela as suas ruínas, para que haja sítios graves e melancólicos, que descensem o espírito, no cúmulo de impressões agradáveis que nos distraem debaixo do Trópico (Gz, 1845-1846, p. 130).

Para o anônimo autor, as ruínas não fazem, como para Chateaubriand, pensar na transitoriedade do tempo. Nos trópicos, elas supõem um passado de destruição e um futuro, de descanso e conforto. Não se ousa dizer o que o presente deveria fazer para provocar a metamorfose. No único número publicado do **Ostensor Brasileiro**, o autor desconhecido converte a constatação hipotética de Gonçalves de Magalhães em remansosa utopia. Mesmo a mais superficial reflexão é desconsiderada. Em um tempo futuro, escarneceríamos da Europa porque, em vez de templos e palácios, a natureza nos abrigaria com seus “sítios graves e melancólicos”, aptos para nosso inefável descanso. (Gz prenuncia os *resorts* que a hotelaria norte-americana espalharia pelo mundo).

O apreço da natureza tropical como valor foi, portanto, o primeiro traço que, entre nós, se internalizou como indicativo de nossa identidade nacional. Ela logo daria lugar à contraposição entre postura metropolitana e autenticidade fundada em usos e costumes locais. Ela se concretizaria nos pólos Nabuco, como sinônimo de cosmopolitismo, e Euclides da Cunha, como exaltador do “cristal de rocha”, o sertanejo, representante de uma dita essência nacional. Cosmopolitismo e localismo (ou regionalismo) atualizavam pois, respectivamente, o que não deveria ser e o que deveria fazer o intelectual brasileiro. Mas, para compreender-se o que se propunha como brasilidade, não basta acentuar o desdobramento que surgia a partir da exigência do sentimento de nação. Há ainda de se pensar sobre a própria constituição deste sentimento nacional. Ele se cumpria pelo enfático destaque de dois traços: a observação e o sentimento. A observação era enfatizada quer para assegurar que a nação ali estava, quer para afirmar o efeito especial de uma certa retórica: a retórica sentimental. Embora as duas caminhassem paralelas, uma certa, ainda que pequena, divergência, veio a se afirmar ao longo do século XIX. A observação, ao ressaltar menos a paralela sentimental, explicitava o documentalismo. Assim os nossos realistas apenas se distinguiam dos românticos pela diminuição do componente sentimental. Na verdade, nossa composição

realista é um prolongamento, com pequena variação, da matriz romântica. Esta continuidade faria com que o culto da nação, pelo realce da natureza, cobrisse todo o século XIX, com uma única exceção imprescindível: Machado de Assis. Não estranha pois que seja o mesmo Machado que reagiria à norma da natureza como traço de brasilidade. Com toda a polidez de quem sabia estar navegando contra a corrente, sobretudo em se tratando de um tema não só literário mas fundamentalmente político, escrevia Machado, no seu “Instinto de Nacionalidade”:

Não há dúvida que uma literatura, sobretudo uma literatura nascente, deve principalmente alimentar-se dos assuntos que lhe oferece a sua região; mas não estabeleçamos doutrinas tão absolutas que a empobrecam. O que se deve exigir do escritor antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço (ASSIS, 1873, p. 804, grifo meu)

Mas seus cuidados não foram bastantes para que, contra ele, deixasse de se abater a mão pesada de Sílvio Romero. Para ele, as características de Machado derivam do mal de nossa capacidade de imitar, decorrência de nossa condição “de mestiços e fantasistas”. O seu humor “é uma imitação, aliás pouco hábil, de vários autores ingleses”; o que não seria de espantar porque “o humor [é] essa particularíssima feição da índole de certos povos, [ao passo que] nossa raça em geral é incapaz de o produzir espontaneamente” (ROMERO, 1897, p. 72-80).

Tamanha é a grosseria das passagens que não haveria razão em citá-las se elas não mostrassem a fusão que fazia Romero do velho topos da natureza com a praga do determinismo. Somos imitativos porque somos mestiços; ora, Machado é mestiço, portanto... E, no entanto, sem o cientificismo tosco do sergipano, a presença da natureza na qualificação do escritor reapareceria mais de cinquenta anos, em ensaio de Gilberto Freyre. Em **Reinterpretando José de Alencar**,

Freyre contrastava o “paisagismo eloqüente” de Alencar, cujo “radicalismo de romântico estava em não desejar a relva brasileira abafada pelo chamado tapete europeu”, com a ausência de paisagem em Machado, em que insinuava encontrar-se preconceito contra o homem de cor: “[É] dentro de casa [...] que ele se defende da memória de ter nascido mulato e quase em mucambo e de ter crescido menino de rua e quase moleque” (Freyre, 1955, p. 6-19). Com sua inegável habilidade, Gilberto Freyre combinava o repúdio à antropologia biológica com a manutenção do legado romântico, o culto da natureza como traço pelo qual se peculiarizava o intelectual brasileiro.

Em suma, parecendo à primeira geração do Império que a falta de sentimento nacional comprometia a estabilidade do Estado-nação, empenhou-se ela em utilizar a literatura como a arma principal contra a carência. Ainda que, ao longo do século XIX, prolongando-se pelo XX, o critério nacionalista tenha sofrido modificações, e tenha se enrijecido de maneira às vezes racista e quase sempre caricata, há de se dizer que ele teve amplo êxito. Sua vitória serviu ao menos do ponto de vista sócio-político. O mesmo não pode se dizer da literatura. Mas poderia ser de outra maneira?

O escritor brasileiro guardou sempre algo daquela vocação patriótico-sentimental [...]; o público, do seu lado, sempre tendeu a exigí-la como critério de aceitação e reconhecimento do escritor. Ainda hoje, a cor local, a exibição afetiva, o pitoresco descritivo e a eloqüência são requisitos mais ou menos prementes, mostrando que o homem de letras foi aceito como cidadão, disposto a falar aos grupos; e como amante da terra, pronto a celebrá-la com arroubo, para edificação de quantos, mesmo sem o ler, estavam dispostos a ouvi-lo” (CANDIDO, 1955, p. 81-82).

Internamente, i.e., na relação do escritor com sua obra, os elementos a explorar: retórica afetiva, nativismo, pitoresco descritivo etc., condicionavam (e condicionam) uma obra fluentemente rasteira; externamente, na relação da obra com o público, tal limite deveria e

continua a não dever ser ultrapassado porque o nível de tolerância do leitor brasileiro era e continua baixo. E por que baixa sua tolerância de recepção senão porque em instante algum dele se exigiu a prática da reflexividade? Enquanto dela permanecermos carentes, o que chamamos de brasilidade continuará dependente de marcas leves, caracterizadas por sua intolerância ao que exige imaginação trabalhada e/ou conceitualidade rigorosa.

Ora, a leveza em que se sustenta nossa aferição da identidade nacional hoje se confronta com uma sociedade mundialmente moldada por comandos eletrônicos e mediáticos. Nas sociedades cuja identidade de um ou outro modo privilegiou a reflexividade, o risco é menor: ao lado dos contingentes quase pavlovianos, há setores suficientes para que a produção do saber intelectual não estagne. Mas que dizer de nossa situação? Se a nossa literatura, apesar de todos os critérios facilitadores, já era, como dizia Cândido (1955, p. 82), “uma literatura sem leitores”, que pode suceder a toda a nossa produção intelectual que não seja movida por um interesse técnico-industrial? O quadro se torna mais grave se recordarmos que, depois da última ditadura militar, os governos que se sucederam mostraram, de igual, uma absoluta inapetência em constituir uma política educacional e cultural. O destaque atual nos restos de cultura popular, com o estímulo à prática e difusão da capoeira, da umbanda, do maracatu etc., seria louvável, caso elas não apontassem como filões a alimentar a “indústria cultural”; a maneira de que assim não se desse, ao menos exclusivamente, estaria em que tal estímulo se desdobrasse em seu exame antropológico. Mas isso, para nossas presentes autoridades, seria estimular o “erudito”, algo a ser evitado.

Em síntese: neste curto comentário não cabe acentuar todos os pontos que eu gostaria. Apenas os elenco: a identidade nacional é um fenômeno sócio-político cujo peso não se desconhece, nem deverá sê-lo. No caso brasileiro, a consideração da identidade teve de atacar uma deficiência inicial: como não havia sentimento de nação, logo depois de proclamada a Independência, este teve de ser construído e

desenvolvido artificialmente. A partir da natureza, criou-se o nativismo e estimulou-se a retórica sentimental. Sócio-politicamente, a construção teve êxito. Mas, ao mesmo tempo, alijou-se a capacidade reflexiva. Criaram-se assim dois problemas: 1. Ainda de ordem sócio-política: eger certo critério como o adequado para certa identidade nacional, equivale a considerar marginal todo aquele indivíduo ou grupo que ali não se enquadre. Para evitá-lo, será preciso entender que o fenômeno identitário é da ordem da descrição e não dos valores. Alguém não se valoriza porque sua conduta segue tais ou quais parâmetros identitários; 2. Ser a identidade de ordem sócio-política significa que, noutras ordens, ela é um critério inválido, se não mesmo danoso. Daí havermos dito que seu instrumento principal, a literatura, padeceu e padece, ao se lhe aplicar o critério de brasilidade. Ninguém terá ouvido falar em uma química ou uma física brasileira, mas sim em uma química ou uma física produzida no Brasil. Mas todos nós tomamos como incontestes as expressões literatura brasileira, francesa, italiana etc. Mas que entendemos por literatura? Aí recuamos na verdade, não só nós. Enfrentar a parada exige capacidade reflexiva. Exatamente aquela de que a brasilidade sempre nos isentou, considerando-a, de um lado, própria das culturas maduras, se não envelhecidas, de outro, desnecessária em terra de tantas cores, cheiros e sabores. Assim constituída, a brasilidade se tornou um fardo, que ou deciframos ou nos manterá em nossa permanente situação de marginalidade.

Rio de Janeiro, outubro, 2005.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, M. de. *Instinto de Nacionalidade*. (1873). COUTINHO, A. (Ed.). Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962. (*Obras Completas*, v. 3).

BENDIX, R. *Max Weber. An Intellectual Portrait* (1960). New York: A Doubleday Anchor Book, 1962.

CANDIDO, A. O Escritor e o Público (1955). In: **Literatura Sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. p. 73-88.

DENIS, F. Résumé de l'histoire littéraire du Brésil. Trad. incluída em **Historiadores e Críticos do Romantismo**. 1. A contribuição européia: crítica e história literária. Seleção e apresent. de Guilhermino César. São Paulo: Edusp, 1978.

FREYRE, G. **Reinterpretando José de Alencar**. Cadernos de Cultura. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

GZ. Os monumentos em Ruínas. **Ostensor Brasileiro**. Jornal literário e pictorial, Rio de Janeiro, I, 1845-1846.

LIMA, Oliveira. **D. João VI no Brasil** (1908). 3. ed. Prefácio de W. Martins. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MADEIRA, Angélica. **Leituras Brasileiras**. Itinerários no pensamento social e na literatura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAGALHÃES, G. de. Discurso sobre a História da Literatura no Brasil (1836). Ed. citada: **Obras de D. J. G. Magalhães**. Tomo VIII, Opúsculos históricos e litterarios. Rio de Janeiro: Garnier, 1865.

ROMERO, S. **Machado de Assis** (1898). 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1936.